

PODER

Novos vazamentos reacendem discussão sobre controle do Supremo. Um mês atrás, Fachin anunciava Cármen Lúcia como relatora da proposta de um Código de Ética do Tribunal

Caso Master amplia pressão sobre o STF

» VANILSON OLIVEIRA

As novas revelações sobre mensagens atribuídas ao banqueiro Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ampliaram o desconforto nos bastidores da Corte. Primeiro, a Polícia Federal (PF) encontrou conversas no celular de Vorcaro com mensagens que citam o ministro Dias Toffoli, relator do Caso Master afastado em fevereiro. Agora, vazam supostas mensagens entre Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes (STF), em mais de uma ocasião, incluindo interlocuções no dia da primeira prisão do banqueiro, em novembro do ano passado.

Toffoli deixou a relatoria após a Polícia Federal encontrar no celular de Vorcaro mensagens que citavam o ministro. Segundo as investigações, um fundo ligado ao Banco Master adquiriu parte de um resort no Paraná pertencente a uma empresa ligada a Toffoli e a dois de seus irmãos. O ministro também viajou em um jato particular com um dos advogados de Vorcaro para acompanhar a final de um torneio de futebol.

Os episódios foram citados como fatores que contribuíram para o afastamento do ministro da condução do inquérito. Toffoli resistiu para deixar o processo, mas a pressão popular e de parlamentares fez com ele aceitasse o pedido de colegas da Corte para evitar o agravamento do desgaste institucional do Supremo.

Nesta semana, após o vazamento de mais informações, novos capítulos começam a surgir, e conversas entre Vorcaro e sua namorada, a influencer Martha Graeff, sugerem que houve um encontro entre Vorcaro e Alexandre de Moraes. Os desdobramentos acontecem um mês depois de o presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin,

Ed Alves CB/DA Press



As mensagens atribuídas a Vorcaro sobre Moraes ampliaram o desconforto nos bastidores da Corte

anunciar que a ministra Cármen Lúcia será a relatora da proposta de um Código de Ética do Tribunal. “Reitero o compromisso ético que todos devemos ter no exercício das funções públicas”, afirmou o ministro na abertura dos trabalhos do Ano Judiciário.

Na ocasião, ele destacou a importância da responsabilidade institucional e da liberdade de imprensa. “Momentos de adversidade exigem mais que discursos: pedem responsabilidade institucional, clareza de limites e fidelidade absoluta à Constituição e conferem respeito à liberdade de expressão e de imprensa, que não são concessões, uma vez que estruturam o debate público e oxigenam a democracia. A crítica republicana não é mesmo ameaça à democracia.”

Fachin, desde que assumiu, vem defendendo a necessidade de um código de conduta para os magistrados. Ele acredita que é preciso aumentar

a transparência e definir regras sobre condutas e parcerias, por exemplo. O ministro já citou em algumas ocasiões o código de conduta alemão, que não prevê punições para quem não cumprir as orientações.

A defesa de Daniel Vorcaro pediu ao Supremo que investigue o vazamento de “supostos diálogos com autoridades”, citando, inclusive, as conversas com Moraes. Um dos trechos da nota diz que as mensagens podem ter sido “tiradas de contexto”.

A exposição fez com que o ministro Moraes também quebrasse o silêncio. A Secretaria de Comunicação do STF informou, por nota, que o número telefônico divulgado, que trocou mensagens com Vorcaro, não pertence ao magistrado. “No conteúdo extraído do celular do executivo pelos investigadores, os prints dessas mensagens enviadas por Vorcaro estão vinculadas a pastas de outras pessoas

de sua lista de contatos e não constam como direcionadas ao ministro Alexandre de Moraes”, diz.

O STF confirmou que o ministro André Mendonça, relator do processo do Banco Master, determinou a abertura de inquérito para apurar o vazamento de informações e mensagens obtidas do celular de Daniel Vorcaro. A suspeita é que os arquivos que foram compartilhados em janeiro com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que investiga fraudes em descontos de aposentados e pensionistas, tenham vazado.

Após as supostas acusações, o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que a “comissão não divulgou qualquer material sigiloso envolvendo ministros do STF. Antes de atribuir essa responsabilidade ao Parlamento, é preciso identificar com precisão a origem desses documentos”, disse.

CPMI do INSS esbarra em Dino

» WAL LIMA

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender a quebra de sigilos bancário e fiscal aprovadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS colocou mais uma vez em xeque quais poderão ser os próximos desdobramentos da investigação conduzida pelo colegiado no Congresso.

A medida atingiu uma deliberação da comissão que havia determinado a quebra de sigilo de dezenas de investigados, incluindo o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Ao analisar o caso, Dino entendeu que a CPMI não poderia aprovar requerimentos dessa natureza de forma coletiva, sem fundamentação individual para cada alvo.

Segundo o ministro, medidas como quebra de sigilo precisam seguir critérios semelhantes aos exigidos em decisões judiciais. Na avaliação dele, a votação em bloco de dezenas de requerimentos não atende aos requisitos constitucionais e pode comprometer a validade das provas obtidas pela investigação.

Essa não é a primeira vez que decisões do Supremo impactam diretamente o andamento dos trabalhos da CPMI. Durante a fase inicial da investigação sobre o Banco Master, o ministro Dias Toffoli, então relator do caso no tribunal, suspendeu a quebra de sigilo bancário do empresário Daniel Vorcaro aprovada pelos parlamentares.

A medida acabou sendo restabelecida após análise do atual relator da investigação no STF, o ministro André Mendonça, em meio ao avanço das apurações sobre o suposto esquema de fraudes envolvendo aposentadorias e pensões do INSS.

Questionado sobre quais devem ser as medidas tomadas pelo colegiado para garantir o poder de

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministro anulou quebra de sigilo de Lulinha aprovada pelo colegiado



A Constituição é muito clara ao estabelecer que as CPIs possuem poderes próprios de investigação"

Carlos Viana (Podemos-MG), senador e presidente da CPMI do INSS

investigação da comissão, o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou ao **Correio** que o Congresso possui instrumentos institucionais para defender as prerrogativas investigativas das comissões parlamentares.

“A Constituição é muito clara ao estabelecer que as CPIs possuem poderes próprios de investigação. O Congresso tem instrumentos institucionais para defender essas

prerrogativas, seja por meio do diálogo entre os Poderes, seja pelo próprio debate jurídico no Supremo. O que não podemos permitir é que uma investigação que busca esclarecer possíveis fraudes contra aposentados e pensionistas seja enfraquecida. O Parlamento tem o dever de investigar e dar respostas à sociedade”, declarou.

Além das decisões judiciais que interferem em medidas aprovadas pela comissão, integrantes da CPMI relatam dificuldades para avançar nas oitivas de investigados. Em diversos casos, depoentes comparecem ao Congresso amparados por habeas corpus concedidos pelo STF, o que lhes garante o direito de permanecer em silêncio diante de perguntas que possam levá-los à autoincriminação.

Direito ao silêncio

Um dos episódios ocorreu durante o depoimento do empresário Igor Delecrode, que deixou de responder à maior parte dos questionamentos apresentados pelos parlamentares

após obter decisão judicial garantindo o direito ao silêncio. Relator da CPMI, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL) criticou a situação durante sessão da comissão e afirmou que o silêncio de investigados acaba prejudicando o trabalho de apuração conduzido pelo colegiado. “Esse silêncio é a vitória da impunidade, é a vitória de quem sabe que o crime compensa neste país”, afirmou ao comentar o depoimento em que o investigado se recusou a responder às perguntas dos parlamentares.

A reportagem, Gaspar também chegou a criticar tentativas de impedir convocações e ausências de depoentes considerados peças-chave para o avanço das investigações. Em uma das sessões da comissão, o relator cobrou providências para garantir o comparecimento de um ex-coordenador do INSS convocado para depor. “Aqui não é casa de mãe Joana para ele decidir o dia que vem ou deixa de vir”, disse ao defender a condução de um depoente pela polícia legislativa.

A possibilidade de investigados recorrerem ao direito constitucional de permanecer em silêncio em depoimentos perante comissões parlamentares também tem sido apontada como um dos fatores que dificultam a coleta de informações durante as sessões. Especialistas em direito constitucional e penal destacam, no entanto, que esse instrumento faz parte das garantias individuais asseguradas pela Constituição.

Em análise publicada pelo escritório Barroso e Coelho Advocacia, especialistas da banca explicam que o direito ao silêncio também se aplica aos depoimentos prestados em Comissões Parlamentares de Inquérito. “O depoimento de investigados em CPIs ou CPMIs é entendido como meio de defesa, e não como prova. Por isso, a pessoa pode optar por responder apenas a determinadas perguntas ou até permanecer em silêncio”, aponta o escritório.

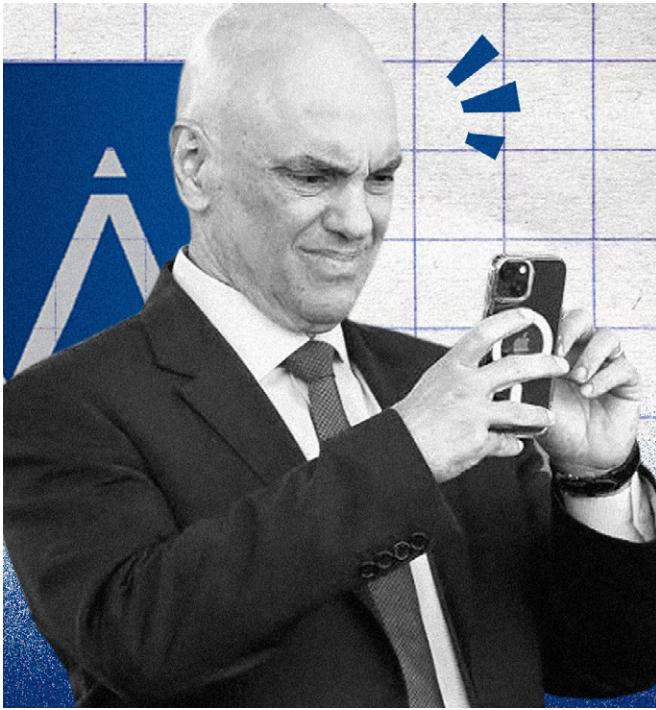
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Pacífico



O mito do herói e a desconstrução do ministro Xandão no caso Master

A trajetória recente do ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal produziu um fenômeno raro no Judiciário brasileiro: a construção de uma figura pública dotada de forte capital simbólico. Ao conduzir investigações e julgamentos ligados aos ataques à democracia e às articulações golpistas associadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Moraes passou a ser visto por amplos setores da opinião pública como o principal fiador institucional da ordem constitucional, um herói da democracia.

Dai nasceu o “Xandão”. O apelido popular não é apenas um “meme” das redes sociais. É a tradução da construção simbólica de uma persona institucional investida de atributos extraordinários: firmeza, coragem, capacidade de decisão em momentos críticos. Trata-se, em termos teóricos, da atualização contemporânea de um fenômeno antigo da política: o mito homérico de Ulysses. A filósofa Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, analisa essa figura a partir da tradição da pólis grega.

Para Arendt, o herói homérico é aquele que se revela no espaço público por meio da ação e do discurso. Sua grandeza não deriva apenas do resultado de seus atos, mas do fato de agir diante dos outros, sob o olhar da comunidade política. A ação extraordinária rompe a rotina do comportamento cotidiano e projeta o indivíduo na história. O herói busca aquilo que os gregos chamavam de imortalidade da fama. Sua biografia passa a ser construída pelas ações que realiza diante da coletividade. A política, nesse sentido, é o espaço onde o indivíduo deixa o âmbito privado para se expor ao julgamento público.

Nos últimos anos, Moraes passou a ocupar esse lugar simbólico na política brasileira. Sua atuação firme contra a radicalização antidemocrática transformou-o em protagonista de uma narrativa institucional de resistência. Para muitos, ele encarnava o magistrado capaz de enfrentar o poder político quando esse ameaça as regras do jogo democrático. O problema das narrativas heroicas, que situam o indivíduo acima das instituições, é que são voláteis. Dependem de uma coerência permanente entre a figura pública e a conduta privada. Qualquer fissura nessa coerência pode provocar a desmitificação.

Relações perigosas

Esse fenômeno está em curso com as revelações relacionadas ao escândalo do Banco Master e seu controlador, Daniel Vorcaro. A existência de um contrato milionário entre o banco e o escritório de advocacia da mulher do ministro, no valor de R\$ 129 milhões, já havia despertado questionamentos sobre eventual conflito de interesses. Ainda que não haja demonstração de ilegalidade, esse vínculo econômico entre o grupo investigado e a família de Moraes levanta inevitáveis dúvidas institucionais.

A situação tornou-se mais delicada com a divulgação de mensagens encontradas pela Polícia Federal no celular de Vorcaro. Segundo reportagens, o banqueiro teria trocado contatos com Moraes no dia em que sua prisão foi decretada. Mesmo sem o conteúdo completo das respostas atribuídas ao ministro, o simples registro dessas interações no sentido inverso ao da construção do mito do herói, ou seja, da transição do bem comum para os interesses privados, detona um processo de desconstrução de sua imagem, o mito do Xandão teria pés de barro. O problema é que isso mina a confiança na imparcialidade das instituições. Quando surgem dúvidas sobre relações privadas entre magistrados e personagens investigados, o problema deixa de ser apenas jurídico e passa a ser essencialmente político.

O episódio ganha dimensão ainda maior porque envolve também o ministro do STF Dias Toffoli, que deixou a relatoria do caso após revelações sobre transações envolvendo empresa da qual é sócio e fundos ligados ao mesmo grupo empresarial. A coincidência amplia a repercussão do escândalo e alimenta a percepção de promiscuidade entre interesses privados e esferas de poder. Até o momento, não há prova de irregularidade por parte de Moraes. O desgaste de sua imagem não decorre das acusações formais, e sim da erosão do capital simbólico construído ao longo dos últimos anos. A força de sua autoridade estava ancorada na percepção de independência e rigor institucional.

Há uma distinção entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira orienta aqueles que agem movidos por princípios e valores absolutos, com os políticos, por exemplo. A segunda exige que o agente público responda pelas consequências de seus atos e pela confiança que inspira na sociedade, sua responsabilidade é zelar pela legitimidade dos meios utilizados na ação política. Na construção do mito do Xandão, a linha que separa a convicção da responsabilidade era tênue e sinuosa, mas legitimada pela defesa da democracia.

Ministros do Supremo cruzam essa fronteira com frequência, sob permanente tensão para equilibrar a ação em defesa da Constituição e a responsabilidade de assegurar a legitimidade do sistema jurídico. Entretanto, é um autoengano supor que a autoridade de um ministro do Supremo deriva apenas da Constituição ou da força de suas decisões. O herói da tradição clássica buscava a imortalidade da fama. Na democracia, porém, a verdadeira grandeza está na confiança pública na integridade de sua conduta. Nesse espaço, o “terrivelmente evangélico” ministro André Mendonça assume cada vez mais protagonismo.